Torres Vedras
Câmara Municipal

Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Código da Oferta na BEP - OE202611/0016

Ref. 06/2026 – Área de Apoio às Empresas, Investimento e Empreendedorismo

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos, com tolerância de 30 minutos.
Será composta por:

- Grupo I – 5 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 4 questões de escolha múltipla ou resposta curta (2 valores cada)
- Grupo III – 2 questão de desenvolvimento (3,5 valores cada)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

• Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;

• Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação – Código do Procedimento Administrativo (Parte I – Capítulo II – Princípios Gerais da Atividade Administrativa; Parte III – Título I – Capítulo V – Dos Prazos; Parte III – Título II – Capítulo II – Secção IV – Da Audiência dos Interessados);

• Regime jurídico das autarquias locais, designadamente as atribuições e competências municipais relevantes para a promoção e dinamização do desenvolvimento económico local — Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual;

• Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR) — Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual;

• Regimes de simplificação administrativa e de acesso ao exercício de atividades económicas, incluindo o regime do «Licenciamento Zero» — Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, na sua redação atual;

• Regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 — Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, na sua redação atual;

• Regime jurídico aplicável às startups e scaleups — Lei n.º 21/2023, de 25 de maio, na sua redação atual, e respetiva regulamentação, designadamente a Portaria n.º 401/2023, de 4 de dezembro;

• Regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local — Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual, e condições de funcionamento e identificação dos estabelecimentos de alojamento local, estabelecidas pela Portaria n.º 262/2020, de 6 de novembro, na sua redação atual;

• Sistema da Indústria Responsável (SIR) — Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual;

• Regulamento de Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Torres Vedras;

• Regulamento de Horários de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços do Município de Torres Vedras;

• Regulamento Municipal da Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Torres Vedras.

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta de legislação simples (não comentada/anotada), devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma em formato papel.